

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS	9
RESUMO	11
ABSTRACT	13
ÍNDICE DE QUADROS	15
LISTA DE ABREVIATURAS	17
LISTA DE SIGLAS	19
INTRODUÇÃO	21
1. Justificação do tema	21
1.1 Objecto e objectivos	28
1.2 Metodologia de apresentação	30
PARTE I – O RECENSEAMENTO ELEITORALEM PORTUGAL	33
CAPÍTULO 1 – O RECENSEAMENTO ELEITORAL DURANTE A MONARQUIA CONSTITUCIONAL	35
1. Antecedentes do recenseamento eleitoral: breve análise sobre a contagem e registo de pessoas até às eleições para as Cortes Constituintes de 1820	35
1.1 Dos libri censuales aos besteiros do conto	37
1.2 Uma – lei eleitoral – na Idade Média	39
1.3 Dos registos paroquiais aos primeiros censos	40
2. O Recenseamento Eleitoral na Monarquia Constitucional	44
2.1 Do Censo Populacional às Comissões de Recenseamento (1820-1826)	46

2.1.1	Os Livros de Matrícula eleitoral e o Rol de eleitores	48
2.1.2	O RE na Constituição de 1822 e as primeiras Comissões de Recenseamento	50
2.2	Das Comissões de Recenseamento ao Início do Princípio da Permanência do RE (1826-1838)	53
2.3	Do Início do Princípio da Permanência à Autonomização do RE nas Leis Eleitorais (1838-1842)	57
2.4	A eleição das Comissões de Recenseamento (1842-1851)	59
2.5	As novas regras na formação das Comissões de Recenseamento (1851-1852)	61
2.6	Da eleição à nomeação das Comissões de Recenseamento (1852-1895)	65
2.7	Da nomeação à extinção das Comissões de Recenseamento (1895-1901)	68
2.8	Do recenseamento dos elegíveis em geral	71
CAPÍTULO 2 – O RECENSEAMENTO ELEITORAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA		77
1.	Em 1911	79
2.	Em 1913	81
3.	Em 1915	82
4.	Em 1918	85
5.	De 1919 a 1922	86
CAPÍTULO 3 – O RECENSEAMENTO ELEITORAL NO ESTADO NOVO		89
1.	De Dezembro de 1927 à Constituição de 1933	92
2.	Da Constituição de 1933 ao Consulado Marcelista	96
2.1	De Dezembro de 1933 a Dezembro de 1945	96
2.1.1	A Inscrição no RE por via oficiosa e por via de requerimento	102
2.2	De Dezembro de 1945 a Dezembro de 1968	104
3.	O RE no Consulado de Marcello Caetano	107
CAPÍTULO 4 – O RECENSEAMENTO ELEITORAL APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974		113
1.	De Maio de 1974 a Novembro de 1978	119

1.1	De 16 de Maio de 1974 a 15 de Novembro de 1974	121
1.2	De 15 de Novembro de 1974 a 2 de Abril 1976	130
1.2.1	A actualização do recenseamento eleitoral	132
1.2.2	O debate na Assembleia Constituinte	133
1.2.3	A versão inicial da Constituição no âmbito do RE	139
1.3	De 2 de Abril de 1976 a 3 de Novembro de 1978	146
1.3.1	A Proposta de Lei nº 132/I	152
1.3.1.1	A Discussão, votação, aprovação e promulgação da Proposta de Lei nº 132/I	154
1.3.1.2	A Relação entre o RE nos círculos do estrangeiro e o número de deputados a eleger	157
1.3.1.3	O RE e a dupla nacionalidade	160
1.3.1.4	O RE e o artigo 14º da Constituição	165
2.	De Novembro de 1978 a Março de 1999	169
2.1	As novas leis do RE	170
2.1.1	A Lei nº 81/88 e o reforço do princípio da oficiosidade	172
2.1.2	A Base de Dados Central do RE	179
2.2	O RE nas Leis Eleitorais, na Legislação Autárquica, nas RCs e nos Referendos	183
2.2.1	O RE na legislação eleitoral para a Assembleia da República	183
2.2.1.1	O RE na lei eleitoral nº 14/79	185
2.2.2	O RE na legislação eleitoral para a Presidência da República	188
2.2.3	O RE na legislação sobre Autarquias	190
2.2.4	O RE na legislação eleitoral para as Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira	197
2.2.5	O RE na legislação eleitoral para o Parlamento Europeu	200
2.2.6	O RE e as Revisões Constitucionais de 1982, 1989 e 1997	200
2.2.7	O RE na legislação dos Referendos	206
3.	De 22 de Março de 1999 a 27 de Agosto de 2008	208
3.1	O novo regime jurídico do RE: a Lei nº 13/99, de 22 de Março	209
3.1.1	As alterações à Lei do RE nº 13/99	213
3.2	As alterações à lei eleitoral para a Presidência da República e o RE	214
3.3	As alterações nas leis eleitorais autárquicas e demais legislação sobre autarquias locais e o RE	216

3.4 As alterações nas leis eleitorais para as Assembleias Legislativas Regionais e o RE	218
3.5 As alterações à lei eleitoral para o Parlamento Europeu e o RE	219
3.6 As alterações à lei do referendo local e o RE	220
4. De 27 de Agosto de 2008 até ao presente	221
4.1 Os princípios fundamentais do RE: breve retrospectiva	221
4.2 O rumo para a inscrição automática	223
4.2.1 O princípio da obrigatoriedade perante a Lei nº 47/2008	225
4.2.2 O RE face ao direito de sufrágio	229
4.3 As últimas alterações à lei eleitoral para a Presidência da República	230
5. O RE e os prazos para a fixação e distribuição do número de mandatos a eleger	231
5.1 Os prazos para o RE e as leis eleitorais para a AC e para a AR	232
5.2 Os prazos para a divulgação do número de autarcas a eleger	237
PARTE II – O RECENSEAMENTO ELEITORAL ENQUANTO SUPORTE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA	241
CAPÍTULO 1 – ELEITORES, VOTANTES E REPRESENTANTES	243
1. Recenseados, votantes e representantes nas eleições legislativas de 1976	253
1.1 A atribuição de deputados em função dos votantes	255
2. Recenseados, votantes e representantes nas eleições intercalares de 1979	259
3. Recenseados, votantes e representantes nas eleições legislativas de 1980	264
4. Recenseados, votantes e representantes nas eleições legislativas de 1983	266
5. Recenseados, votantes e representantes nas eleições legislativas de 1985	269
6. Recenseados, votantes e representantes nas eleições legislativas de 1987	272
7. Recenseados, votantes e representantes nas eleições legislativas de 1991	275
8. Recenseados, votantes e representantes nas eleições legislativas de 1995	278

9. Recenseados, votantes e representantes nas eleições legislativas de 1999	280
10. Recenseados, votantes e representantes nas eleições legislativas de 2002	283
11. Recenseados, votantes e representantes nas eleições legislativas de 2005	285
12. Recenseados, votantes e representantes nas eleições legislativas de 2009	288
13. A diferença entre os rácios deputado/recenseados e deputados/votantes, nos círculos eleitorais	292
CAPÍTULO 2 – RECENSEAMENTO ELEITORAL	
A TRAVE MESTRA DA DEMOCRACIA PARTIDÁRIA	299
1. A repartição de mandatos, de acordo com os votantes, nas eleições legislativas de 1979	317
2. A repartição de mandatos, de acordo com os votantes, nas eleições legislativas de 1987	319
3. A repartição de mandatos, de acordo com os votantes, nas eleições legislativas de 1999	321
4. A repartição de mandatos, de acordo com os votantes, nas eleições legislativas de 2005	323
5. A repartição de mandatos, de acordo com os votantes, nas eleições legislativas de 2009	324
CAPÍTULO 3 – EM BUSCA DE UM NOVO MODELO DE REPRESENTATIVIDADE	331
1. Deputados em função do RE voluntário	347
1.1 Um novo rácio deputado/recenseados	351
1.2 Inscrição no RE, decisão quanto ao número de deputados	354
2. Deputados em função do RE voluntário e dos votantes	354
CAPÍTULO 4 – UMA BREVE ANÁLISE COMPARATIVA COM O RE SEGUIDO NOUTROS PAÍSES (PRINCÍPIOS GERAIS)	361
1. O RE na República Federativa do Brasil	363
2. O RE nos Estados Unidos da América	365
3. O RE no Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	369
4. Os modelos apresentados e o RE voluntário por nós proposto	371

PARTE III – RECENSEAMENTO ELEITORAL UM DIREITO DE EXERCÍCIO LIVRE	373
CAPÍTULO 1 – O RE E O COLÉGIO ELEITORAL	
1. Reenquadramento do tema	375
2. O RE, o colégio eleitoral e os novos recenseados em Outubro de 2008	377
2.1 Estimativa dos rácios deputado/recenseados perante a entrada de novas inscrições no colégio eleitoral	383
3. Ausências e entradas no colégio eleitoral: implicações nos princípios do RE	390
CAPÍTULO 2 – A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E A LIBERDADE DE PARTICIPAÇÃO ELEITORAL	399
1. Fundamentos para a livre participação eleitoral	408
2. A pertença ao colégio eleitoral: um contrato de livre adesão	422
CONCLUSÃO	435
BIBLIOGRAFIA	443